

## **Território e territorialidade: Uma perspectiva geográfica para o estudo da religião**

Zeny Rosendahl

A religião constitui-se em objeto de interesse de diversas disciplinas acadêmicas, como a história, a sociologia, a antropologia e a geografia. Na primeira metade do século XX, a temática é investigada por Paul Fickeler (1999 [1947]), que realiza um excelente estudo sobre questões fundamentais na geografia da religião em *Grundfragen der religions geographie*; por Pierre Deffontaines, na obra *Geographie et religions*, em 1948 e por Maxmilien Sorre, que evidencia os elementos religiosos nos textos geográficos em *Rencontres de la géographie et de la sociologie* (1957).

No final dos anos 60, os estudos geográficos da religião eram fortemente inspirados pela geografia cultural da Escola de Berkeley, sendo David Sopher o geógrafo de maior expressão. Em *Geographie of religions* (1967), Sopher analisa os fenômenos religiosos, abordando a interação espacial destes com uma dada cultura e seu ambiente terrestre complexo entre diferentes culturas.

Nas três últimas décadas, a religião vem atraindo significativa atenção da ciência geografia. Isto se retrata no interesse em estudar as peregrinações aos santuários. Destacam-se: H. Tanaka (1981), que analisa a peregrinação budista na ilha de Shikoku, no Japão; R. King (1972), que aborda a peregrinação islâmica e a organização espacial fortemente marcada pelo ritual na cidade de Meca, G. Rinschede (1985) e Wunenburger (1996) analisam a convergência dos fiéis e sua vivência no sagrado dentre outros. No desenvolvimento recente da perspectiva geográfica da religião, descobre-se a contribuição de Mircea Eliade (1959, 1962, 1991), na qual o conceito de sagrado e profano é elaborado. Segundo Eliade, ambos constituem a essência da religião.

A fé católica no contexto político-religioso é o ponto de partida para o entendimento do território brasileiro. Territorialidade, a Igreja Católica Apostólica Romana e sua dinâmica dão o foco central e continuidade aos estudos de geografia da religião que temos realizado nos últimos quinze anos (Rosendahl 1996, 1997, 1999, 2001, 2003).

### **Religião, território e territorialidade**

A religião, na perspectiva da geografia cultural, possui como foco central os conceitos de sagrado e profano, conceitos tornados fundamentais com Eliade (1962) e considerados numa abordagem geográfica por Tuan (1979) e Rosendahl (1996, 1997, 1999 e 2001). Rosendahl focaliza-os a partir de um tipo particular de hierocracia, o poder do sagrado, que se manifesta espacialmente por uma organização territorial. Ao reconhecer a instituição religiosa como agente modelar do espaço torna-se necessário considerar a forma e a intensidade do poder desse agente. A criação de novos territórios, bem como a fragmentação ou a fusão de outros envolve inúmeras localizações regionais, nacionais e internacionais, à semelhança do papel também exercido pelas grandes corporações. (Corrêa, 1997). O território e a territorialidade, conceitos chaves na geografia, serão considerados a partir das contribuições de Sack (1986) e Bonnemaïson (2002 [1981]). Religião e território, de um lado, e religião e territorialidade, de outro, serão relacionados no item a seguir.

(a) Religião e território

Nos tempos atuais o território, impregnado de significados, símbolos e imagens, constitui-se em um dado segmento do espaço, via de regra delimitado, que resulta da apropriação e controle por parte de um determinado agente social, um grupo humano, uma empresa ou uma instituição. O território é, em realidade, um importante instrumento da existência e reprodução do agente social que o criou e o controla. O território apresenta, além do caráter político, um nítido caráter cultural, especialmente quando os agentes sociais são grupos étnicos, religiosos ou de outras identidades. O caráter político do território representa um aspecto de forte interesse em nossa pesquisa. Nas reflexões de Sack (1986), a Igreja Católica reconhece a política e controla diferentes tipos de território, englobando dois amplos tipos: o primeiro inclui os templos, os cemitérios, os pequenos oratórios à beira da estrada e os caminhos percorridos pelos peregrinos que são, entre outros, os meios visíveis pelos quais o território é reconhecido e vivenciado; o segundo inclui sua própria estrutura administrativa. A Igreja Católica Apostólica Romana vem mantendo uma unidade político-espacial. Estamos nos referindo aos territórios demarcados, onde o acesso é controlado e dentro dos quais a autoridade é exercida por um profissional religioso. O território religioso constitui-se, assim, dotado de estruturas específicas, incluindo um modo de distribuição espacial e de gestão de espaço. A hierocracia inscreve-se nos edifícios da Igreja, lugares sagrados, paróquias e dioceses. Reconhece-se três níveis hierárquicos de gestão do sagrado. O primeiro nível hierárquico administrativo situa-se na sede oficial, no Vaticano. O segundo e terceiro níveis hierárquicos político-administrativos da gestão religiosa são, respectivamente, a diocese e a paróquia. Ambas unidades territoriais fortemente ressaltadas em nossa pesquisa.

Lecocquier e Steck postulam que "a única e verdadeira unidade territorial de base da Igreja Católica é a diocese" (1999: 53). A diocese é evocada como território religioso verdadeiramente presente e atuante no processo de regulação e religiosidade católica. A referência primordial é a comunidade de crentes, que constitui no espaço de aproximação entre o regional e o universal, isto é, entre as ações de controle pastoral regional e as ações na escala do mundo. Lembremos que o território favorece o exercício da fé e da identidade religiosa do devoto. Sendo assim, a paróquia é sempre evocada como território principal da vida das comunidades locais. Ela oferece um notável exemplo de "organização da vida social e íntima dos habitantes, pontuando o tempo cotidiano da comunidade" (Lecocquier e Steck, 1999: 63). A paróquia deve ser reconhecida como o território onde se dá o controle do cotidiano, porque ela está na escala da convivência humana. Lugar de aproximação entre o local, o regional e o universal (Rosendahl e Corrêa, 2003).

As relações de poder que se estabelecem no território remontam às mais antigas civilizações, nas quais a dimensão espacial já era reconhecida como instrumento de manutenção, conquista e exercício do poder de extrema importância. O conceito de território proposto por Souza (2001) pode ser compreendido em sua flexibilidade, sua elasticidade formal e de conteúdo, expressas na relação que desenvolve com as noções de espaço e tempo. A organização interna dos territórios da Igreja é dinâmica, móvel no espaço. Os territórios religiosos se modificam há vários séculos, quer por criação de novas dioceses, quer por fragmentação das paróquias. "Acontecimentos importantes induzem a uma transformação; mesmo que seja visto como recuo ou avanço, o território é modificado aparecendo como o que melhor corresponde à afirmação do poder" (Rosendahl, 2001: 10). É justamente a não rigidez no tempo e no espaço a característica que garante a compreensão das territorialidades, sejam elas formais, informais, perenes ou fugazes.

#### (b) Religião e territorialidade

A territorialidade proposta por Sack (1986) é definida como uma estratégia de controle sempre vinculada ao contexto social na qual se insere. É uma estratégia de

poder e manutenção independente do tamanho da área a ser dominada ou do caráter meramente quantitativo do agente dominador. A territorialidade deve ser reconhecida, portanto, como uma ação, uma estratégia de controle. Torna-se importante compreender o fenômeno religioso neste contexto, isto é, interpretar a "poderosa estratégia geográfica de controle de pessoas e coisas sobre territórios que a religião se estrutura enquanto instituição, criando territórios seus" (Rosendahl, 1996: 56). O território religioso qualifica-se como hierárquico e burocrático.

Territorialidade religiosa, por sua vez, significa o conjunto de práticas desenvolvido por instituições ou grupos no sentido de controlar um dado território, onde o efeito do poder do sagrado reflete uma identidade de fé e um sentimento de propriedade mútuo. A territorialidade é fortalecida pelas experiências religiosas coletivas ou individuais que o grupo mantém no lugar sagrado e nos itinerários que constituem seu território. De fato, é pelo território que se encarna a relação simbólica que existe entre cultura e espaço. O território torna-se, então, um geossímbolo (Bonnamy, 2002 [1981]). Na análise deste geógrafo a territorialidade está fortemente impregnada de um caráter cultural. É por intermédio de seus geossímbolos que a religião de um grupo imprime marcas que identificam e delimitam um dado território religioso.

A territorialidade da Igreja Católica é complexa. A sua história no Brasil revela a permanência de antigas divisões administrativas herdadas de uma tradição oriunda da Idade Média e ainda adotadas pela Igreja Católica (Sack, 1986). Tais territórios foram modificados ao longo dos séculos. A visibilidade da transformação territorial hoje não é perceptível se não estudarmos mapas e textos relacionando os retrocedimentos, os deslocamentos das fronteiras, as criações ou o desaparecimento de territórios (Élineau, 1991). No Brasil a territorialidade da Igreja Católica caracteriza-se por territórios amplos, vazios ou superficialmente administrados por profissionais religiosos. Descrever e interpretar as territorialidades diversas resultantes de estratégias utilizadas pela Igreja Católica no Brasil em seu processo de domínio será objeto de interesse a seguir.

*Zeny Rosendahl é professora do Departamento de Geografia da UERJ.*